

Inserção no Debate Público

20
24
—



INSERÇÃO NO DEBATE PÚBLICO



Que tempos difíceis estes no Brasil... Radicalização do ambiente democrático, queda no padrão de qualidade do debate público, nível abaixo do aceitável da disputa política, disfuncionalidade de papéis entre os três Poderes e uma sensível desconfiança popular em relação à política, aos políticos e a instituições republicanas são alguns dos problemas que resultam numa fragilidade por vezes minimizada por autoridades públicas e pela própria sociedade civil: uma democracia em risco.

Aceitar essa constatação pelo menos em parte é reconhecer a relevância de organizações como o Instituto Sívís. Não há talvez desafio maior do que o que o Sívís se propõe no Brasil: influenciar e fortalecer a nossa cultura democrática por meio da educação para a cidadania e da liberdade de expressão. Sem isso, boa parte das demais agendas tão necessárias ao País se torna uma impossibilidade histórica, posto que um ambiente democrático saudável é imprescindível para a construção de consensos e soluções pactuadas, essenciais para resolver problemas complexos.

E o Sívís cumpre sua missão com esmero, competência, rigor, sobriedade, independência e apartidarismo.”

RODRIGO DE ALMEIDA,

cientista político e sócio da Pensata, agência de comunicação e política que presta consultoria a organizações da sociedade civil e lideranças cívicas e políticas.

Em 2024, intensificamos nosso posicionamento, o que resultou na conquista de colunas próprias em relevantes veículos nacionais: CartaCapital, Gazeta do Povo e Jota. Além disso, também garantimos presença em veículos de grande alcance, como Estadão e O Globo. Essa diversidade de plataformas reforça o caráter apartidário e de construção de pontes do Sivis, ampliando nossa abrangência em meios de comunicação com diferentes linhas editoriais.

Os temas dos artigos se concentraram em temáticas sobre a democracia em geral, educação para democracia e liberdade de expressão – principais áreas de atuação do Sivis no ano. Nas próximas páginas, compilamos vários desses artigos publicados com um breve resumo do que defendemos. Para acessar o conteúdo completo das publicações, confira o blog do Sivis.

+40

artigos de nossa autoria
veiculados nos jornais:



PROMOÇÃO E DEFESA DA DEMOCRACIA

POLARIZAÇÃO E ELEIÇÕES

Como parte de nosso esforço em promover e defender a democracia, realizamos artigos que versam sobre os desafios da recessão democrática global, bem como o de conduzir eleições livres e justas, especialmente em um contexto de alta polarização afetiva. Apontamos como caminho o fortalecimento da cultura democrática, sobretudo, a partir do fomento de valores democráticos tais quais o diálogo e a tolerância para enfrentar tais desafios.

VALORES DEMOCRÁTICOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS – JOTA

Esse artigo direcionado para as eleições municipais argumenta sobre como essas eleições são um momento decisivo, pois permitem que os cidadãos escolham os representantes responsáveis por conduzir as políticas locais nos próximos quatro anos. No entanto, a participação política não deve se limitar ao voto. O princípio da subsidiariedade destaca a importância do engajamento contínuo, já que o desenvolvimento social ocorre primeiramente em nível local, onde os indivíduos têm maior influência e contato direto com as questões públicas. Assim, é essencial fomentar uma cultura democrática ativa e permanente nos municípios.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

‘POLÍTICA NÃO SE DISCUTE’: SERÁ? – JOTA

O texto versa sobre a importância do diálogo para a política. Um contexto em que o diálogo aberto e respeitoso seja central permite a expressão de diferentes visões, tornando os debates políticos mais plurais. Diante da complexidade dos desafios para a democracia - por exemplo, como a polarização tóxica -, por exemplo, essa troca de perspectivas facilita a compreensão dos problemas e promove a colaboração entre cidadãos e autoridades na busca por soluções eficazes e sustentáveis.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO, TOLERÂNCIA É ‘CONVERSA PRA BOI DORMIR’? – JOTA

Como parte da série de artigos “2024 é ano eleitoral”, o texto argumenta que em um cenário de polarização intensa, a tolerância política é frequentemente vista como ingenuidade ou fraqueza de convicções. No entanto, essa percepção deturpada ignora seu verdadeiro significado. Tolerância não é indiferença nem resignação, mas a disposição de conviver com

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

a pluralidade, promovendo um ambiente de debate genuíno e competitivo entre diferentes ideias. Em um ano de eleições municipais, é essencial resgatar essa noção, entendendo que a verdadeira tolerância exige cidadãos com valores sólidos, capazes de sustentar e defender suas posições, mas também de ouvir opiniões divergentes.

NINGUÉM VIVE NA UNIÃO OU NO ESTADO: AS PESSOAS VIVEM NO MUNICÍPIO – JOTA

Como parte da série de artigos “2024 é ano eleitoral”, esse texto enfatiza a importância da vida comunitária local. O Índice de Democracia Local – realizado pelo Instituto Sivis no Brasil – mostra, com base em evidências, que a saúde das democracias depende de aspectos cotidianos e da vida concreta dos cidadãos, reforçando o princípio da subsidiariedade. A política acontece primeiro no nível local, onde o contato com as questões públicas é mais direto – afinal, como disse um político brasileiro: “Ninguém vive na União ou no estado, as pessoas vivem no município.”

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

EMPRESÁRIOS E DEMOCRACIA: FORTALECENDO VALORES DEMOCRÁTICOS NAS ELEIÇÕES 2024 – JOTA

O artigo enfatiza a importância da atuação do empresariado no fortalecimento da cultura democrática. Os empresários desempenham um papel crucial na consolidação da cultura democrática, pois a estabilidade institucional e econômica são interdependentes. Democracias sólidas garantem previsibilidade econômica, enquanto crises podem ameaçar a estabilidade política. Além disso, pesquisas empíricas mostram que empresas que promovem uma cultura organizacional democrática podem incentivar a participação política e social de seus colaboradores. Assim, a consolidação da democracia depende não apenas das instituições e dos eleitores, mas também do engajamento ativo de atores econômicos na promoção de valores democráticos.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

UMA CHANCE PARA O DIÁLOGO – EDITORIAL ESTADÃO

Este editorial do Estadão enfatiza a importância do diálogo e divulga a iniciativa “O Brasil Fala”. A polarização política não impede definitivamente o debate público no Brasil, apesar da aparente rigidez entre posições opostas. É possível promover o diálogo entre cidadãos com visões distintas, não para mudar suas opiniões, mas para incentivá-los a ouvir. O projeto “O Brasil Fala” busca justamente criar esse espaço de encontro, fortalecendo a cultura democrática. Como destaca Jamil Assis, do Instituto Sivis, o objetivo é mostrar que o diálogo é possível, substituindo a simples acusação pela escuta mútua.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

DESAFIOS DA DEMOCRACIA

A democracia brasileira, por ser bastante jovem, enfrenta uma série de obstáculos: desde uma cultura política de desconfiança institucional, a instrumentalização de determinadas instâncias de poder pelos governantes, o cerceamento de liberdades civis, até a crescente polarização afetiva que presenciamos vivamente nas últimas eleições. O fato é que os dados não tem se mostrado positivos: é preciso encontrar pontos de convergência entre os cidadãos e unir-se na defesa e fortalecimento dos valores democráticos, para não abrirmos caminho para o autoritarismo.

COMO VAI A DEMOCRACIA PELO MUNDO? – JOTA

Este artigo, em coautoria com o professor José Álvaro Moisés, comenta os principais pontos de atenção em relação aos dados dos índices de democracia. A fragilização da democracia é um tema amplamente estudado, com esforços para entender as causas das crises democráticas. Relatórios de instituições como IDEA, The Economist Intelligence Unit, V-Dem e Freedom House mostram que a democracia global enfrenta desafios, especialmente em relação à liberdade de expressão e eleições justas. O professor José Álvaro Moisés alerta que muitos governos usam eleições de forma instrumental para se manter no poder, restringindo a concorrência política e ameaçando a legitimidade da democracia como o melhor regime para lidar com os conflitos sociais.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

COMO ENFRENTAR OS PERIGOS DO AUTORITARISMO? – JOTA

O texto argumenta que a democracia pode ser considerada um conceito multidimensional, podendo ser entendida somente em termos processuais, pela necessidade de garantir certos subsídios sociais ou pela necessidade de ter mais participação direta popular. Mas o fato é que, para enfrentar os perigos do autoritarismo, é necessário que a democracia tenha um entendimento mínimo compartilhado: no caso, são fundamentais a presença de eleições livres e justas e a garantia de direitos e liberdades civis. Além disso, mais que instituições e processos eleitorais, a democracia depende de uma dimensão cultural, exigindo dos cidadãos um “estilo de vida” baseado no diálogo, na tolerância, na confiança e na colaboração.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

DEMOCRACIA EM TEMPOS DE INCERTEZA – JOTA

O relatório *The Global State of Democracy*, da International IDEA, apresenta os desafios democráticos de 2023, destacando impactos negativos na credibilidade das eleições e nas liberdades civis, incluindo a liberdade de expressão. No caso do Brasil, o documento reconhece

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

a forte participação da sociedade civil e eleitoral, além de algumas ações positivas do Judiciário. No entanto, acreditamos que é necessário enfatizar que algumas ações do Judiciário são um sinal de alerta, especialmente no que diz respeito à defesa da liberdade de expressão.

A HERANÇA MALDITA DA DITADURA MILITAR DÁ AS CARAS NOVAMENTE – CARTA CAPITAL

Nossa democracia, relativamente recente, ainda convive com uma cultura democrática fragilizada que, em momentos de instabilidade, pode evocar os resquícios da herança autoritária da ditadura militar. É inaceitável que parte de um grupo ligado ao Executivo tenha tratado a democracia como um meio para alcançar o poder, supostamente planejando um golpe de Estado e ignorando o resultado das eleições de 2022. Para que a democracia floresça, é fundamental que os responsáveis por tais ações sejam investigados e, se culpados, punidos conforme a lei, com imparcialidade no processo, evitando conflitos de interesse.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

O BALANÇO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA EM 2024 – GAZETA DO POVO

Os principais sinais de alerta para a democracia em 2024 incluem a crescente polarização afetiva, a falta de conexão entre representantes e representados, além dos ataques à liberdade de expressão. Diante desse cenário, é evidente que a democracia brasileira precisa ser fortalecida, tanto no âmbito institucional quanto cultural. O ano de 2025 surge como uma oportunidade para que as instituições reafirmem seu compromisso com valores essenciais, como liberdade, integridade e transparência. A ausência desse comprometimento tem gerado uma desconexão entre cidadãos e líderes políticos, o que pode impactar negativamente a qualidade do processo eleitoral.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA – CARTA CAPITAL

Os problemas da democracia brasileira são profundos e sistêmicos, indo além de uma simples “falta de compromisso” com a democracia. Para lidar com tais desafios - que, atualmente, ocorrem em nível global -, é preciso encarar o fortalecimento da democracia a partir de uma perspectiva sistêmica e cultural. É necessária uma cultura política que vá além das instituições formais. Investir em educação cidadã e na promoção de valores democráticos, como o diálogo e a tolerância, é essencial para formar cidadãos engajados e críticos, capazes de contribuir para um futuro democrático mais resiliente. Somente com ações estruturadas e contínuas será possível enfrentar os desafios sistêmicos e garantir uma democracia realmente saudável.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de expressão é um dos principais pilares de uma democracia saudável. Nos artigos abaixo, retratamos sobre o estado desse valor à nível mundial e no contexto brasileiro, trazendo detalhes sobre os desdobramentos da regulação das plataformas sociais e como algumas resoluções e projetos de leis podem afetar negativamente a liberdade de expressão no Brasil.

O RISCO GLOBAL DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO – GAZETA DO POVO

O texto aborda os perigos de legislações mais restritivas à liberdade de expressão, tendo em vista o combate à desinformação e polarização, além de propor outras maneiras de lidar com esses desafios para que a liberdade de expressão seja preservada.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O ATAQUE À IMUNIDADE PARLAMENTAR – JOTA

O artigo relata como algumas ações do Judiciário têm contribuído para o enfraquecimento da liberdade de expressão, especialmente no que diz respeito à imunidade parlamentar. Essas ações também têm impactado negativamente a *accountability* e o sistema de freios e contrapesos do país. O caso mais recente que ilustra essa situação é o inquérito conduzido pelo ministro Flávio Dino contra o deputado Marcel Van Hatten.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

CONFUSÃO CONCEITUAL NÃO GERA BOAS RESOLUÇÕES NORMATIVAS EM MATÉRIA ELEITORAL – ESTADÃO

Este artigo analisa como a Resolução Eleitoral nº 23.677/2024 busca regular conteúdos em plataformas digitais sob o pressuposto de combater a desinformação durante as eleições. No entanto, a medida apresenta pontos abusivos que infringem a Lei Federal do Marco Civil da Internet e ameaçam a liberdade de expressão no país. Os principais problemas incluem a restrição de conteúdo com base em critérios amplos e subjetivos, além de permitir que plataformas sejam punidas sem notificação prévia ou ordem judicial.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

INSTITUTO DIZ QUE NORMA DO TSE SOBRE REMOÇÃO DE CONTEÚDO SE CHOCA COM MARCO CIVIL – FOLHA DE SÃO PAULO

O artigo apresenta a nota técnica elaborada pelo Instituto Sivis, que destaca as limitações da resolução divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições de 2024. A resolução trata da responsabilização de plataformas pela propagação de conteúdos considerados “notoriamente inverídicos” ou discursos de ódio.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

RESOLUÇÃO DO TSE SOBRE BIG TECHS E DESINFORMAÇÃO NAS ELEIÇÕES AFRONTA MARCO CIVIL DA INTERNET – GAZETA DO POVO

O texto divulga a nota técnica que o Instituto Sivis realizou, apontando as limitações da resolução divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições do ano de 2024, sobre a responsabilização de plataformas por propagação considerados “notoriamente inverídicos” ou discursos de ódio. A nota técnica conscientiza os cidadãos e, sobretudo, os juízes eleitorais acerca dos riscos decorrentes da aplicação imprudente das novas regras, tendo em vista a proteção da liberdade de expressão e o combate à censura.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

O CONCEITO DE “MANIFESTAMENTE ILÍCITO” NO JULGAMENTO DO ARTIGO 19 – CARTA CAPITAL

O artigo discute o julgamento da constitucionalidade do Artigo 19, questionando se as plataformas digitais devem agir apenas mediante ordem judicial ou se podem ser responsabilizadas por conteúdos com base em notificações extrajudiciais. O texto argumenta que essa é uma questão complexa, especialmente no que diz respeito aos critérios utilizados para a retirada de conteúdo. O STF determinou que, apenas para conteúdos “manifestamente ilícitos”, a decisão judicial seria desnecessária. No entanto, o problema reside na falta de clareza desse termo, o que pode levar as plataformas, a removerem conteúdos que deveriam estar protegidos pela liberdade de expressão.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

NÃO CABE ÀS REDES SOCIAIS DIZER O QUE É ILÍCITO NO PAÍS – ESTADÃO

O texto defende o Artigo 19 do Marco Civil da Internet, destacando que ele busca equilibrar a liberdade de expressão com a responsabilidade das plataformas, promovendo um espaço plural e democrático na internet. Além disso, alerta para o risco de as plataformas adotarem censura prévia como forma de evitar sanções, removendo conteúdo sem qualquer avaliação judicial prévia. O artigo reforça a necessidade de uma abordagem que preserve a liberdade de expressão, garantindo que a moderação de conteúdos seja realizada de maneira justa, transparente e sujeita ao controle judicial e social, evitando abusos e assegurando um ambiente plural e democrático.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

LIBERDADE DE EXPRESSÃO: LIÇÕES DE REGIMES AUTORITÁRIOS – GAZETA DO POVO

O texto apresenta como regimes autoritários utilizam da própria legislação para enfraquecer a liberdade de expressão, um dos pilares da democracia liberal. Países autoritários como Rússia, Turquia e Venezuela utilizam leis que limitam a liberdade de expressão de forma abrangente, baseando-se em classificações genéricas como “conteúdo ilícito” para perseguir a oposição política. Esses casos apresentam exemplos a não serem seguidos no contexto brasileiro.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES – JOTA

Este artigo apresenta como a Alemanha acidentalmente se tornou referência para Rússia e Turquia, no que diz respeito a leis que moderam conteúdos na internet, e pode inspirar o Brasil. Ao seguir os passos da Alemanha com a NetzDG, o Brasil pode acabar seguindo os passos de Rússia, Venezuela e Turquia, onde a moderação dos conteúdos foi utilizada como uma ferramenta de censura para silenciar opositores e críticas ao governo.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

QUANDO A PLATAFORMA DEVE SER RESPONSABILIZADA PELO CONTEÚDO DE TERCEIROS? – GAZETA DO POVO

O texto explora o funcionamento do sistema “notice-and-take-down” e discute as implicações caso o Artigo 19 seja considerado inconstitucional, o que obrigaria as plataformas a removerem determinados conteúdos sem ordem judicial. O principal problema é a inviabilidade técnica de analisar as nuances interpretativas de forma contextual, o que pode levar a uma censura prévia em larga escala. Como solução, o texto sugere a adoção de um sistema de responsabilidade graduada, que considere a gravidade do conteúdo e a viabilidade técnica ou ética da atuação das plataformas. Por exemplo, em casos de risco iminente à vida, seria razoável flexibilizar o Artigo 19 e permitir a remoção de conteúdo mediante solicitação da polícia ou do Ministério Público.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

UM ESTADO FRACO FALHA EM DEFENDER A DEMOCRACIA; UM ESTADO AUTORITÁRIO FALHA EM DEFENDER A PLURALIDADE – CARTA CAPITAL

O artigo analisa como o episódio de suicídio na Praça dos Três Poderes expõe as fragilidades da cultura democrática brasileira. Em vez de adotar discursos simplistas que atribuem a polarização exclusivamente às redes sociais, a reflexão deveria se concentrar nos fatores políticos e psicológicos que culminaram nesse trágico evento. Preservar a democracia exige que o Estado, sem extrapolar seus limites de atuação, exerça um papel de mediação dos conflitos sociais, políticos e econômicos. Contudo, a narrativa de que as plataformas digitais são a principal causa do extremismo e da polarização, e de que sua regulamentação resolve-

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

ria esses problemas, ignora uma questão essencial: a incapacidade do Estado brasileiro de utilizar os instrumentos já disponíveis para proteger a sociedade e promover um ambiente favorável ao fortalecimento democrático.

O FUTURO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS – JOTA

O texto alerta para os perigos das leis que impõem restrições amplas ao conteúdo nas plataformas sociais. Normas que permitem a remoção em massa de conteúdos sob o argumento de serem “manifestamente ilícitos” abrem precedentes para a criação de legislações mais restritivas e, em alguns casos, mais autoritárias. O julgamento do Artigo 19 do Marco Civil da Internet é crucial para o futuro da liberdade de expressão nas plataformas digitais. Se o Brasil seguir exemplos de legislações de países como Alemanha, Rússia e Turquia, as plataformas poderão ser pressionadas a adotar censura em massa, não apenas contra conteúdo ofensivo ou falso, mas também em relação a opiniões que contrariem determinados interesses ou posições políticas.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

VOTO DE TOFFOLI SOBRE O MARCO CIVIL DA INTERNET DESAFIA BOM SENSO – ESTADÃO

O artigo aborda como a decisão no julgamento do Artigo 19 do Marco Civil da Internet representa um retrocesso preocupante para o ecossistema online e para a própria democracia brasileira. Ao afirmar que “salvar o espírito do 19” seria manter uma “aberração jurídica no ordenamento jurídico brasileiro”, favorável às big techs, o ministro Toffoli confunde o papel das plataformas enquanto intermediárias. Seu voto transforma provedores de aplicação em vigilantes digitais, responsáveis por monitorar ativamente bilhões de conteúdos gerados por terceiros. Mais alarmante ainda é o trecho em que o ministro determina que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) “criará o Departamento de Acompanhamento da Internet no Brasil (DAI), para monitorar o cumprimento desta decisão e o respeito aos direitos fundamentais na internet”. Essa decisão não afeta apenas as big techs, mas todo e qualquer provedor de aplicação de internet. O Marco Civil da Internet, reconhecido mundialmente por seu equilíbrio, foi desmantelado em um único voto, que desconsiderou sua complexidade e as salvaguardas que ele representava.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA

A educação para democracia é um dos principais caminhos para o fortalecimento da cultura democrática. Nestes artigos tratamos sobre a importância das virtudes cívicas e da educação integral para alcançarmos esse fim.

‘EDUCAR BONS CIDADÃOS’ PARA ALÉM DOS CLICHÊS – JOTA

“Formar um bom cidadão” é um conceito positivo, mas desafiador, especialmente em um cenário polarizado. Falar em educação para cidadania pode gerar divisões ideológicas, com alguns temendo doutrinações e outros rejeitando a educação moral e cívica da ditadura. No entanto, é possível superar essas divisões com um referencial claro sobre o que é ser um “bom cidadão”. A partir desse conceito, é necessário criar práticas pedagógicas concretas, como iniciativas que promovam a formação de professores, materiais didáticos e avaliações.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

QUAIS SÃO OS EFEITOS DA FALTA DE EDUCAÇÃO PARA FORMAR CIDADÃOS? – JOTA

Educação para democracia pode potencializar soft skills e engajamento comunitário, além de estimular literacia midiática. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), aos 15 anos, os jovens demonstram pouca criatividade na resolução de problemas, o que leva o Brasil para a 44ª posição entre 56 países. A pesquisa True Quest, da OCDE, aponta o Brasil como o pior no desempenho para identificar notícias falsas. Isso é agravado pelo uso intenso das redes sociais, com 85% da população latino-americana consumindo notícias por essas plataformas. Diante desse cenário, a educação integral para a democracia, que envolve o ensino de valores e virtudes cívicas, pode melhorar a criatividade, a literacia midiática, a participação política e o engajamento comunitário, desenvolvendo habilidades essenciais como diálogo, resiliência e resolução de conflitos.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

VIRTUDES CÍVICAS: A BASE PARA UMA DEMOCRACIA SAUDÁVEL – GAZETA DO POVO

Esse artigo foi coautorado com o Professor Dr. da UFMG Bernardo Brandão e tem como objetivo explicar como diferentes virtudes cívicas fortalecem a democracia. Nossa democracia enfrenta um impasse causado por transformações digitais e uma cultura política marcada pela corrupção, violência, falta de diálogo e confiança. Para superá-lo, é essencial cultivar virtudes cívicas. A moderação, como virtude política, implica disposição para ouvir e compartilhar a arena pública com os outros. A honestidade é fundamental para criar uma cultura democrática íntegra, onde a confiança mútua possibilita a participação ativa. Já

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

a justiça, que implica dar a cada um o que lhe é devido, é vital para agir com equidade e buscar soluções que beneficiem o coletivo em diversas esferas sociais.

A LEITURA E AS VIRTUDES PARA A DEMOCRACIA – GAZETA DO POVO

A pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL) a cada quatro anos desde 2007, revelou que a leitura entre os brasileiros continua em queda. Embora a leitura não garanta a ética ou integridade de uma pessoa, ela favorece o desenvolvimento de virtudes essenciais para uma cultura democrática, como curiosidade, aprendizado, reflexão e observação atenta e ponderada.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

CELULARES, CIDADANIA DIGITAL E A SABEDORIA DOS GREGOS – ESTADÃO

Diante de estudos e acontecimentos recentes, muitos professores defendem a proibição de celulares nas escolas, embora reconheçam a necessidade de os jovens aprenderem a usar a tecnologia com responsabilidade. A virtude da temperança, sugere que limitar o uso de celulares ajuda a promover o autodomínio, evitando distrações e permitindo foco no estudo. O objetivo é formar indivíduos capazes de agir intencionalmente e preservar sua liberdade diante dos estímulos digitais. A educação digital deve, portanto, ser baseada em virtudes para que os jovens cresçam de forma equilibrada e consciente.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO INTEGRAL, OBSESSÃO DO MEC DE LULA – GAZETA DO POVO

Nosso gerente de educação, Guilherme Melo, foi entrevistado a respeito da educação integral. No artigo, Melo defende que Pernambuco é o caso mais bem-sucedido de educação pública em tempo integral no Brasil. Ele explica que a experiência do Estado, iniciada nos anos 2000, foi uma resposta aos desafios da baixa qualidade de ensino e alta evasão, e se tornou um modelo nacionalmente reconhecido. A experiência de Pernambuco, resultou em grandes melhorias nos índices de desempenho escolar e redução da evasão. Melo afirma que o modelo tem grande potencial, mas destaca que sua eficácia depende de uma implementação pedagógica bem planejada. Ele alerta sobre o risco de simplesmente aumentar a carga horária sem uma proposta curricular integrada e coerente, criticando a introdução de disciplinas e atividades apenas para preencher o tempo.

[Acesse o artigo completo pelo blog do Sivis.](#)

→

O BRASIL FALA

Além disso, em 2024, colaboramos com o projeto O Brasil Fala, que tem como objetivo recrutar pessoas com diferentes opiniões para que dialoguem entre si sobre assuntos diversos.

Buscamos elucidar os efeitos positivos que o diálogo pode ter em um contexto de polarização afetiva. Junto aos pesquisadores de Stanford e da instituição alemã My Country Talks, o Sivos está trazendo de forma inédita no Brasil a iniciativa com metodologia validada em diversos países, com mais de 90 mil conversas realizadas ao redor do mundo. Para isso, contamos com parceiros de mídia como: CartaCapital, Estadão, Gazeta do Povo e Jota. Abaixo encontram-se algumas matérias a respeito da iniciativa divulgada ao longo de 2024:

Projeto quer 'match' entre brasileiros que estão em extremos ideológicos

veja

[VER ARTIGO →](#)

Projeto que estimula a conversa entre cidadãos que pensam diferente atrai brasileiros

CartaCapital

[VER ARTIGO →](#)

O Brasil Fala traz ao País projeto que aprofunda debate político

uol

[VER ARTIGO →](#)

Iniciativa internacional mostra que diálogo com quem pensa diferente é possível

JOTA

[VER ARTIGO →](#)

“Você faz L ou ‘arminha?’”: brasileiros buscam o diálogo no projeto Brasil Fala

GAZETA DO POVO

[VER ARTIGO →](#)

O Brasil Fala: Participantes contam como foi encontro com seu 'oposto político'

ESTADÃO

[VER ARTIGO →](#)

Polarização não se restringe às urnas

**LE MONDE
diplomatieque**

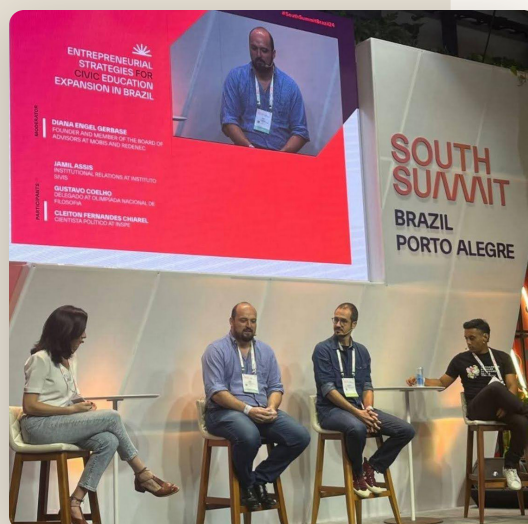
[VER ARTIGO →](#)

EVENTOS

No decorrer de 2024, também fomos convidados para eventos importantes em **temas centrais para o fortalecimento da democracia no Brasil**. A seguir, algumas de nossas participações:

SOUTH SUMMIT BRAZIL 2024

Em março de 2024, Jamil Assis participou de um dos painéis do South Summit Brazil 2024, intitulado “Entrepreneurial Strategies for Civic Education Expansion in Brazil”. O encontro teve como objetivo explorar estratégias empreendedoras inovadoras para a educação cívica no Brasil, um dos temas centrais da atuação do Sivis ao longo do ano. A conversa contou com a participação da Diana Engel (Mobis), Gustavo Coelho (Olimpiada Nacional de Filosofia) e Cleiton Chiarel (INSPE).



ENCONTRO COM YASCHA MOUNK & GALO DA MANHÃ

Fomos convidados para participar de um encontro exclusivo com o Cientista Político Yascha Mounk, autor e professor conhecido por suas análises e pesquisas sobre a democracia e o populismo. Na oportunidade, o autor falou sobre o seu mais recente trabalho, “The Identity Trap”, além de trazer a sua visão sobre a democracia brasileira e seus valores.





11º CONGRESSO INTERNACIONAL DE COMPLIANCE

Estivemos no 11º Congresso Internacional de Compliance promovido pela LEC - Legal, Ethics & Compliance. Encerramos o evento com uma palestra sobre a importância de valores democráticos para os profissionais de compliance e como o combate à corrupção pode ser alavancado nas empresas. Os principais temas discutidos foram a questão da confiança, da transparência e da capacidade do diálogo, valores fundamentais para o combate à desonestidade.

EVENTOS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Como parte de nossa inserção no debate público, também participamos de eventos com abrangência nacional, que possuíram como foco a promoção e a defesa da liberdade de expressão.

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR PELA DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO:



Jamil Assis, Diretor de Relações Institucionais, participou do lançamento dessa frente parlamentar e contribuiu com um discurso sobre a importância de reconhecer a liberdade de expressão como um direito inerente ao ser humano — direito fundamental inerente ao ser humano, que não é partidário e tampouco deve ser uma concessão do Estado. Confira o discurso completo no [link](#).



11º FÓRUM CAMINHOS DA LIBERDADE

O evento reuniu lideranças empreendedoras, gestores públicos e intelectuais para debater sobre liberdade de expressão. Além de ouvir as tendências no tema, tivemos a oportunidade de encontrar diversos parceiros que promovem esse importante valor para o país.

EVENTOS DE EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA



EVENTO DO PACTO PELA DEMOCRACIA SOBRE EDUCAÇÃO

Estivemos em São Paulo no evento do Pacto pela Democracia, que reuniu diversas organizações da sociedade civil para discutir temas fundamentais ligados à defesa e ao fortalecimento da democracia, tendo em vista a construção de diretrizes para a elaboração do documento Democracia Forte, lançado em 08/01/25.



EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E CIDADANIA NA ESCOLA PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO FHC

O evento teve como objetivo apresentar o papel da escola no combate da desinformação. Como uma instituição que trabalha com as temáticas de liberdade de expressão e educação para democracia, ficamos muito contentes ao vislumbrar a sinergia das duas áreas e identificar o interesse de outros atores para o impacto que almejamos.

**O ANO DE 2024 FOI IMPORTANTE
PARA AMPLIAR A PRESENÇA DO
SIVIS NO DEBATE PÚBLICO.**

Esse avanço se refletiu tanto nas novas parcerias de comunicação quanto na qualidade dos conteúdos abordados em temas essenciais, como liberdade de expressão, educação para a democracia e desafios democráticos. O Sivis sempre se destacou pela capacidade de mobilizar atores influentes de diferentes espectros para um debate plural e construtivo, e seguiremos firmes nesse compromisso.



Rua Maurício Caillet, 47
80250-110 / Curitiba, PR

contato@sivis.org.br
WWW.SIVIS.ORG.BR